

II SIMPÓSIO SOBRE FEMINICÍDIOS:

REFLEXÕES SOBRE INCIDÊNCIAS E (IN)VISIBILIDADES

23 A 25 DE OUTUBRO

CLCH - UEL

A HONRA QUE MATA: FEMINICÍDIO E CULPABILIZAÇÃO DAS VÍTIMAS

Ana Luiza Barreto Silva,

ana.luiza.barreto0808@gmail.com

Jornalista.

Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina, Paraná (PR), Brasil.

Reinaldo César Zanardi,

rczanardi@gmail.com

jornalista.

Doutor em Estudos da Linguagem, professor do Departamento de Comunicação da UEL,

Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina, PR, Brasil.

RESUMO: O mito de Medusa revela aspectos sobre a culpabilização da mulher em contextos de violência. Ela foi estuprada por um deus e punida por uma deusa, por causa do crime sofrido. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar a repercussão do "feminicídio" de Ângela Diniz, ocorrido em 1976, na reconstituição do caso no podcast "Praia dos Ossos", Rádio Novelo, de 2020. Podcast é um gênero da internet, formato híbrido entre áudio e vídeo. Somente em 2023 é que o Supremo Tribunal Federal decidiu pela ilegalidade da tese de legítima defesa da honra, usada no julgamento de Doca Street, responsável pelo feminicídio de Ângela Diniz. Antes do julgamento, ela era tida como vítima. No transcorrer, a vítima passou a ser o acusado do feminicídio. A inversão de papéis na violência contra a mulher demoniza e culpabiliza a vítima, perpetuando a ideia de que a "legítima defesa da honra" justifica a violência para proteger a moral masculina.

Palavras-chave: feminicídio, Ângela Diniz, podcast, mito de Medusa, culpabilização da vítima.

TÍTULO EM INGLÊS: THE HONOR THAT KILLS: FEMINICIDE AND VICTIM BLAMING

ABSTRACT: The myth of Medusa reveals aspects about the blaming of women in contexts of violence. She was raped by a god and punished by a goddess, because of the crime she suffered. In this sense, the objective of this work is to analyze the repercussion of Ângela Diniz's "feminicide", which occurred in 1976, in the reconstruction of the case in the podcast "Praia dos Ossos", Rádio Novelo, from 2020. Podcast is an internet genre, a hybrid format between audio and video. It was only in 2021 that the Federal Supreme Court ruled that the thesis of legitimate defense of honor, used in the trial of Doca Street, responsible for the feminicide of Ângela Diniz, was illegal. Before the trial, she was considered a victim. In the course of time, the victim became the accused of feminicide. The reversal of roles in violence against women demonizes and blames the victim, perpetuating the idea that the "legitimate defense of honor" justifies violence to protect male morals.

Keywords: feminicide, Ângela Diniz, podcast, Medusa myth, victim blaming

1. INTRODUÇÃO

O feminicídio é um crime que ultrapassa o ato individual de violência para se tornar uma expressão de estruturas patriarcais que têm subordinado e oprimido mulheres ao longo da história. Esse conceito, cunhado pela ativista Diana Russell nos anos 1970, designa assassinatos de mulheres motivados unicamente pelo fato de estas serem do sexo feminino, criando, assim, uma forma de compreensão muito particular de homicídios que refletem a desigualdade de gênero. A definição revolucionou a compreensão da violência contra a mulher, identificando-a como uma faceta de opressão intrinsecamente ligada ao controle patriarcal. A noção de que esses assassinatos não são casos isolados, mas sintomas de uma cultura de violência e opressão, abriu caminhos para um diálogo necessário sobre os direitos da mulher e o lugar da opressão estrutural na sociedade.

O caso de Ângela Diniz, assassinada em 1976 pelo seu então companheiro Raul Fernando do Amaral Street, conhecido como Doca Street, ilustra o problema. Sua morte foi um dos casos mais emblemáticos de feminicídio no Brasil e levantou a questão já existente de alegações do direito de "legítima defesa da honra", usado para justificar o assassinato alegando que a vítima teria sido infiel. Durante muito tempo, a tese de que um homem tinha o

direito de matar uma mulher caso lhe desonrasse, ou seja, tendo um caso com outro homem, era discutida em altas rodas e reproduzida como piada, refletem uma sociedade que naturaliza o controle e a punição do corpo feminino. O julgamento de Doca Street em 1979 foi um espetáculo público que causou escândalo, uma vez que a vítima, Ângela foi culpabilizada por sua própria morte.

Queremos falar do caso Doca como símbolo do machismo na sociedade brasileira. Vemos no caso Doca Street um julgamento não só de Ângela Diniz, mas de todas as mulheres que, de algum modo, fogem ao modelo de comportamento prescrito para o sexo feminino. O julgamento de Doca expressa a maneira pela qual a sociedade brasileira resolve as relações de poder entre os sexos: o sexo masculino, aqui representado pelo senhor Raul Fernando de Amaral Street, pode impunemente punir uma mulher que não corresponde ao seu papel tradicional. Queremos deixar claro nossa revolta e indignação (RÁDIO NOVELO, 2020).

A imagem de Ângela Diniz entrelaça-se, simbolicamente, com a figura da mitológica Medusa. Antes da mulher icônica com cobras em vez de cabelo, a lenda de Medusa a descreve como uma jovem mortal estuprada por Poseidon e, em vez de punir o deus, a deusa Atena transforma a vítima em um monstro. Tal lenda traz sua força simbólica: após ser vítima de estupro, Atena responsabiliza Medusa pelo episódio, transformando-a em um monstro com cabelos de cobra que petrifica quem olha para seus olhos.

Esse processo é conhecido como culpabilização da vítima e baseia-se em um movimento cultural que se alimenta de bastiões historicamente machistas, considerando os comportamentos amplos ou as características das mulheres como intrínsecos e ameaçadores, e argumentando dessa forma que qualquer violência perpetrada contra elas é, de alguma maneira, “merecida”. Durante a história, essa noção encontra suporte na figura da mulher “indomável”, cuja razão seja beleza, sexualidade ou autonomia, é interpretada como um atentado à masculinidade e, portanto, ávida por violência. Ângela Diniz era uma mulher livre cuja beleza e liberdade foram usadas para justificar seu assassinato. Assim, à mulher que desafia convenções é atribuída a culpa pelo ultraje sofrido.

A legítima defesa da honra atualmente é considerada inconstitucional, uma vez que o Supremo Tribunal Federal decidiu, de forma unânime, em agosto de 2023 que tal argumento fere os princípios constitucionais e, portanto, não deve ser utilizado em julgamentos e em nenhuma outra etapa do processo judicial. A medida representa uma vitória contra a impunidade e o machismo estrutural, porque reconhece que a honra masculina não pode ser escudo para práticas violentas contra a mulher. A associação entre a vítima Ângela e o mito de Medusa possibilita observar que a cultura patriarcal, ao naturalizar o controle e a punição

do sujeito mulher, mantém viva uma violência que atravessa as gerações, legitima abusos e silencia vozes de mulheres em torno de uma honra moral que deve ser desfeita.

A metodologia deste trabalho consiste em um estudo exploratório, associando um caso real (o assassinato de Ângela Diniz) ao mito de Medusa, com levantamento de dados de um produto midiático – o podcast Praia dos Ossos, da Rádio Novelo (2020). Nesse contexto, é considerada a análise do conteúdo dos episódios, com enfoque naqueles especificamente que tratam da culpabilização da vítima.

2. ÂNGELA DINIZ

O caso de Ângela Diniz, assassinada em 1976, constitui um marco emblemático para o debate sobre a violência de gênero no Brasil. Ângela, famosa por sua beleza e vida social, foi brutalmente assassinada por seu namorado Doca Street. No entanto, a tragédia de sua morte foi acompanhada por uma cobertura midiática que fez de seu corpo um objeto de julgamento moral e social, sendo dessa forma uma vítima da violência de gênero, cujas imagens de prazer e liberdade foram distorcidas em narrativas, convertendo-se em culpabilização. Sua história foi amplamente discutida e reinterpretada por diversos veículos, tornando Ângela não apenas o símbolo de uma vítima, mas a de uma mulher cujo modo de vida foi utilizado contra ela, em um sistema que ainda encontrava formas de defender os homens e silenciar as mulheres.

Na análise do caso, o julgamento e a imprensa da época revelaram um aspecto sombrio da cultura patriarcal. O advogado de defesa de Doca Street Evandro Lins e Silva argumentou em favor da "legítima defesa da honra", uma tese que não só buscava absorver o assassino, mas também ressignificar a liberdade de Ângela como provocativa e subversiva. Em meio ao processo, frases como a de Evandro Lins e Silva deixam evidente esse argumento. “Ela provocou, ela levou a este estado de espírito, este homem que era um rapagão, um mancebo bonito, um exemplar humano belo, que se encantou pela beleza e pela sedução de uma mulher fatal, de uma Vênus lasciva” (RÁDIO NOVELO, 2020).

A repercussão do caso gerou uma profunda divisão na opinião pública, destacando a construção de uma narrativa que culpabilizava Ângela Diniz. Nas matérias e manchetes, sua imagem era constantemente apresentada como a de uma mulher provocadora, sedutora e, em certos aspectos, "indomável". Esse discurso reforçava o estigma contra mulheres que

desafiavam as normas sociais, atribuindo a elas a responsabilidade pelas reações de terceiros. Sob esse ângulo, a morte de Ângela foi interpretada como um "acidente" resultante de seu comportamento, reforçando a ideia de que, ao agir livremente, ela teria atraído o que lhe aconteceu.

Além de retratar Ângela Diniz como responsável por sua própria tragédia, a mídia da época ilustra o poder da narrativa e o papel do jornalismo na construção da percepção social sobre violência de gênero. No Brasil dos anos 1970, quando a independência feminina ainda era vista como uma afronta ao poder masculino, a cobertura do caso serviu como ferramenta para manter o controle social sobre as mulheres, convertendo o julgamento em um espetáculo que reforçava o papel "perigoso" da autonomia feminina. O caso foi reaberto décadas depois para novas interpretações, incluindo a investigação de como a imprensa tratou Ângela e as implicações dessas práticas midiáticas na perpetuação de ideias machistas e opressivas.

Estudos de casos como o de Ângela Diniz trazem à tona a necessidade de revisar a forma como se narra a violência de gênero, especialmente em uma sociedade que, muitas vezes, ainda protege os agressores e culpa as vítimas. O caso dela não é apenas sobre o crime cometido por Doca Street, mas sobre a forma como a mídia moldou a imagem de Ângela para questionar sua moralidade, deixando em segundo plano o ato brutal que a vitimou. Essa

prática de culpabilizar a vítima persiste e reflete-se em narrativas contemporâneas, nas quais a independência das mulheres ainda é tratada com desconfiança, como se qualquer comportamento "fora do padrão" justificasse a violência sofrida.

3. MEDUSA

A Medusa, uma das três irmãs Górgonas, aparece na obra *Metamorfoses*, de Ovídio (2014), como uma figura complexa que simboliza poder, beleza e punição. Originalmente, Medusa era uma jovem e bela sacerdotisa do templo de Atena, atraindo os olhares do deus Poseidon, que, conforme o relato mítico, a violentou no espaço do templo da deusa. Atena, em vez de apunhalar o seu agressor, amaldiçoa Medusa, transformando-a em um monstro, cabelos substituídos por serpentes e um olhar petrificante. Esse mito expressa, de forma contundente, a história de uma mulher que, violentada, é duplamente punida i) pela violência

e ii) pela punição, transformação monstruosa que simboliza como as sociedades punem e estigmatizam a mulher.

Medusa, de belos cabelos, que seduzia os marinheiros com seus olhares, era uma das três irmãs Górgonas, filhas de Fórcis e Ceto. Era tão bela que Poseidon, o deus do mar, se apaixonou por ela e a violentou em um templo de Atena. Em um dia de fúria, Poseidon a violentou em um templo de Atena. Atena, enfurecida com a profanação de seu templo, transformou Medusa em uma criatura monstruosa. Seus cabelos se transformaram em cobras, sua pele ficou verde e seu olhar petrificou qualquer um que o visse (OVÍDIO, 2014).

A metáfora de Medusa como "a mulher monstro" representa a feminilidade sendo vista como ameaça, especialmente quando associada à sexualidade. Sua beleza original, que atrai a violência de Poseidon, é convertida em sua monstruosidade por Atena, indicando que é a mulher que ultrapassa o papel de submissa, socialmente estabelecido, e que sofrerá punição. O ser horripilante no qual Medusa é transformada pode levantar uma ideia de que a liberdade feminina e a sexualidade precisam ser controladas, pois, ao se tornar letal, representa o medo da sociedade do poder feminino fora de controle, um poder que preferem ver como desvio ou transgressão. Então, a narrativa é também uma representação do desejo da sociedade de conter a mulher que ignora as normas e reforça a mesma violência das que desafiam limites no comportamento.

A projeção de culpa em Medusa torna-se um ponto central, simbolizando como a sociedade projeta o seu temor e a sua culpa sobre a figura feminina, responsabilizando-a pela violência sofrida. Medusa é culpada não pelo seu ato, mas pela sua sedução do Deus do Mar, Poseidon, e a sua punição representa a projeção da responsabilidade da violência para a mulher. Com isso, o mito evidencia a conservação de uma narrativa social que, ao longo dos séculos, naturalizou a vitimização feminina e perpetuou a culpabilização da vítima.

A atualidade do mito de Medusa reside exatamente nessa perenidade da estigmatização das mulheres e na culpabilização das vítimas da violência. Medusa permanece como um alerta sobre como as sociedades continuam a inverter a culpa dos ataques contra as próprias vítimas, questionando-as, condenando-as ou até justificando as ações dos agressores. Apesar de ser uma narrativa mitológica, essa encontra eco no contexto atual dos feminicídios, na qual a figura da mulher “provocadora” ainda é utilizada com a função de proteger o agressor e desviar a responsabilidade do mesmo. O mito de Medusa que, ao longo dos tempos metamorfoseou-se em reflexo das angústias e contradições humanas diante do poder feminino e da injustiça que permanece na forma de violência de gênero, demonstra que a

transformação da vítima em culpada é um conceito trágico e duradouro, presente desde a Antiguidade até os dias atuais.

4. PODCAST PRAIA DOS OSSOS

Podcast produzido pela Rádio Novelo, lançado em 21 de agosto de 2020, “Praia dos Ossos” apresenta-nos a Ângela Diniz, cuja real história inicia-se em 30 de dezembro de 1976, na Praia dos Ossos, no Rio de Janeiro. Com seu formato documental, o podcast convida-nos a analisar o mencionado delito sob novos pontos de vista, encaixado numa intrincada cadeia de relações de gênero e de poder que ainda regula o comportamento na sociedade brasileira. Esse lançamento coincide com um período em que, devido à pandemia Covid-19 e

isolamento social, há um aumento de feminicídios no Brasil. Isso revela a necessidade do podcast não apenas como divertimento, mas também como ferramenta de informação, interpretação e argumentação.

A produção de conteúdo audiovisual como o podcast “Praia dos Ossos” ajuda a analisar e reinterpretar casos históricos. No caso de Ângela Diniz, a produção narrativa é vital para apontar a perspectiva crítica dos valores e preconceitos da época. A partir de uma observação detalhada e várias entrevistas com especialistas e pessoas relacionadas ao caso, a história é (re)contada de uma maneira que inverte o conhecimento original e a expectativa; por exemplo, “a participação da vítima tinha uma influência decisiva ou meramente mais ou menos forte na eclosão dessa tragédia” (RÁDIO NOVELO, 2020). As palavras são de Evandro Lins e Silva, advogado de defesa ao réu Doca Street, durante o julgamento. Essa afirmação mostra como a cultura e a justiça daquela época tentaram racionalizar a violência contra as mulheres referenciando a ideia de “legítima defesa da honra” e contribuindo para promover uma cultura de violência de gênero.

O podcast tem uma responsabilidade mais significativa do que apenas recontar o caso. A história que ele reconta envolve o ouvinte e inicia uma discussão essencial sobre violência contra a mulher, não apenas por se opor ao sistema judiciário do final da década de 1970, como também pelas estruturas sociais que ainda veem o assassinato de uma mulher como uma razão para revitimizar a mulher morta. Com um aumento de 22% no feminicídio, durante a pandemia de Covid-19, segundo a Agência Brasil (2020), produções como essa

devem se tornar mais comuns à medida que a sociedade se torna menos inclinada a aceitar abuso baseado em gênero.

Ainda no podcast, logo no episódio inaugural, é estabelecida uma análise crítica sobre o feminicídio de Ângela Diniz, destacando a maneira como veículos de comunicação hegemônicos perpetuaram narrativas que culpabilizavam a vítima. A cobertura de veículos como a TV Globo e a revista Manchete ofereceu, frequentemente, um palco para o assassino, Doca Street, construiu uma imagem de sofrimento e arrependimento, enquanto naturalizava a violência como uma consequência de supostos "desvios" de Ângela.

Também é possível observar a espetacularização do caso que se tornou ainda mais evidente devido as imagens que documentaram desde o velório até o enterro de Ângela, marcadas pela tentativa de transformar a tragédia em entretenimento. Essa abordagem não apenas revitimizava Ângela, mas também reforçava estereótipos de gênero. O episódio aponta a ironia cruel de um sistema que enquadra o feminicídio como um "crime passionai", refletindo uma estrutura jurídica e cultural androcêntrica que tende a minimizar a responsabilidade masculina. Conforme Ana Liési Thurler (2017), essas narrativas descontextualizadas promovem uma "pedagogia da crueldade", alimentando a naturalização das desigualdades e a desumanização das mulheres.

O mesmo questionamento é trazido pelo Praia dos Ossos ao apresentarem passagens da entrevista de Doca à Manchete. Neste momento da escuta, é perceptível a ironia com que a apresentadora se refere a cobertura da Revista que, segundo ela, teria servido para "Doca abrir o coração". Responsável por retratar o homem triste, abatido frente crime que ele mesmo havia cometido, Branca Vianna ressalta que a matéria traça a biografia de Doca e compartilha o desejo dele de retirar Ângela da vida que ela levava, afastando-a do consumo de bebidas, a fim de que voltasse a conviver com os filhos, tornando-se "verdadeira mãe" (RODRIGUES, 2022, p. 46).

O destaque dado à biografia de Doca Street, com descrições quase glamorosas de sua aparência e trajetória, contrasta com a objetificação de Ângela Diniz, frequentemente reduzida a sua sensualidade ou ao apelido de "Pantera de Minas". Tal tratamento midiático reforça estigmas de gênero e contribui para o imaginário que associa a mulher ao espaço doméstico e à função de cuidadora. Esse processo, como analisa Heleieth Saffioti (2015), é uma estratégia social que busca naturalizar o papel subordinado da mulher, atribuindo-lhe a responsabilidade pelos conflitos nos relacionamentos e, conseqüentemente, pela violência sofrida.

A narrativa construída por Praia dos Ossos evidencia como Ângela Diniz foi não apenas vítima de um crime brutal, mas também de um sistema de comunicação e justiça que

perpetua a misoginia. Ao resgatar vozes e problematizar essas narrativas, o podcast cumpre um papel fundamental: questionar os padrões históricos que ainda contribuem para a invisibilidade da violência de gênero. Assim, o caso de Ângela torna-se mais do que um marco na luta feminista, é um chamado à revisão crítica de discursos que continuam a desumanizar mulheres e naturalizar desigualdades estruturais.

“Praia dos Ossos” oferece um divisor de águas na história de Ângela Diniz, ao levantar uma narrativa sensível e vigorosa que resgata sua memória e reabre o debate sobre a proteção e a valorização da vida das mulheres. O podcast não apenas revisita o passado com um olhar crítico, mas também convida o público a refletir sobre as profundas mudanças necessárias nas relações de gênero e na responsabilização por atos violentos.

5. A LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA

A tese da legítima defesa da honra, historicamente utilizada em casos de violência contra mulheres, representava uma perversa distorção do conceito de legítima defesa. Essa tese, enraizada em construções sociais patriarcais e machistas, permitia que homens justificassem atos violentos, inclusive o feminicídio, alegando que a honra masculina havia sido ferida pela conduta da vítima. “A Ângela não só ameaçava a honra do Doca, não só provocava ele. Segundo o Evandro, ela queria que o Doca matasse ela. Agora, depois de tudo isso, era a hora da réplica da acusação. Segundo um jornal da época, o Evaristo comentou baixinho com alguém do seu lado: ‘a causa tá perdida’” (RÁDIO NOVELO, 2020).

A origem dessa tese pode ser rastreada em códigos de honra arcaicos, nos quais a mulher era vista como propriedade do homem e sua conduta era rigidamente controlada. Essa visão distorcida da honra masculina, associada a uma cultura de misoginia, perpetuou a tese da legítima defesa da honra por séculos.

O processo de desativação dessa tese foi gradual e contou com a mobilização de movimentos feministas, de direitos humanos e de diversas entidades da sociedade civil. Ao longo dos anos, pesquisadores, juristas e ativistas denunciaram a falácia e a perversidade dessa tese, demonstrando como ela servia para justificar crimes e perpetuar a desigualdade de gênero.

Em agosto de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu uma decisão histórica, em caráter definitivo, declarando a inconstitucionalidade da tese da legítima defesa da honra. A ação foi proposta pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Segundo o relator, “legítima defesa da honra” não é, tecnicamente, legítima defesa, que é uma das causas excludentes da ilicitude previstas no Código Penal - ou seja, excluem a configuração de um crime e, consequentemente, afastam a aplicação da lei penal, tendo em vista a condição específica em que foi praticado determinado fato. Para Dias Toffoli, trata-se de um “recurso argumentativo/retórico odioso, desumano e cruel” utilizado pelas defesas de acusados de feminicídio ou agressões para imputar às vítimas a causa de suas próprias mortes ou lesões (STF, 2023).

A decisão representa um marco na luta contra a violência de gênero no Brasil, reafirmando a importância da igualdade entre homens e mulheres e a inviolabilidade do direito à vida. Ao invalidar essa tese, o STF contribuiu para fortalecer a proteção às mulheres e para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

6. A CULPABILIZAÇÃO DA VÍTIMA

A culpabilização da vítima é uma dinâmica social prejudicial que ocorre quando a responsabilidade penal por um crime ou ato de violência é atribuída não ao agressor, que cometeu o ato, mas à própria vítima. O fenômeno implica que a sociedade em geral, em vez de focar na responsabilidade do agressor e nas circunstâncias da ocorrência do ato violento, assume o direito de julgar as escolhas, os comportamentos ou a aparência da vítima. Tal abordagem cria o preconceito de que a vítima poderia ter evitado o crime e, para o fazer, precisava agir de forma diferente, ignorando assim a verdadeira natureza criminosa do ato.

Caso emblemático do fenômeno é o tratado neste trabalho, Ângela Diniz, associado ao mito de Medusa. A vida pessoal da vítima foi submetida a um intenso escrutínio para a procura de justificativa para a violência que sofreu. Ao invés de se condenar o comportamento do agressor, focou-se o comportamento da mulher, revendo-se seus hábitos, vestimenta e comportamentos, como se tivessem contribuído de alguma maneira para o crime cometido contra elas.

Essas condutas desvelam um padrão social que disfarça as ações do perpetrador, dissipando sua responsabilidade. O exame metódico da vida privada das vítimas não apenas compromete sua imagem, mas consagra o ciclo de violência, subentendendo que determinadas características pessoais podem justificar atos de natureza atentatória. Esse

fenômeno consubstancia um problema mais abrangente de estigmatização e discriminação, corroborando a urgência de uma mudança de enfoque no tratamento desses casos. “Os estereótipos de gênero frequentemente colocam a mulher como responsável pela violência que sofre, invertendo papéis e tirando do homem sua responsabilidade como agressor”, (SCOTT, 1993).

Durante o julgamento do caso Doca Street, a defesa levantou um ponto controverso ao sugerir que a vítima, Ângela Diniz, teria “provocado” seu assassino, Doca. Essa linha de argumentação culpabilizava a própria Ângela por sua morte, insinuando que ela teria agido de forma a ameaçar a honra de Doca e até desejando que ele a matasse. O argumento reflete uma tentativa de transferir a responsabilidade pelo crime para a vítima, construindo uma narrativa que justifica a violência a partir de uma suposta intenção de Ângela de incitar uma reação extrema.

Esse tipo de argumento é um exemplo da culpabilização da vítima, na qual o comportamento da pessoa que sofreu o crime é usado como uma explicação para os atos violentos do agressor. Durante o julgamento, a atmosfera parecia pesar a favor de uma absolvição de Doca.

Eu vou te falar uma coisa que eu detesto: é ver a Ângela como vítima. Isso é tudo que ela não era. Eu acho que é um desrespeito com ela transformá-la em vítima, ela não era vítima. Ela sabia o que ela tava fazendo, ela fazia porque queria, ela gostava de viver, ela viveu a vida do jeito que ela queria (RÁDIO NOVELO, 2020).

A declaração acima é de Valéria Penna, no podcast *Praia dos Ossos*, e evidencia um recorrente problema presente na sociedade a tendência de culpabilizar a vítima, especialmente em casos de violência contra mulheres. Essa perspectiva, que retira de Ângela Diniz o reconhecimento de sua condição de vítima, reflete um discurso histórico que frequentemente silencia e revitimiza mulheres em situações de violência. O fenômeno dessa inversão de papéis, no qual a vítima é responsabilizada enquanto o agressor é tratado com indulgência ou até empatia, revela uma dinâmica social complexa e profundamente enraizada em estruturas patriarcais.

A desconstrução dessas narrativas é essencial para compreender e combater a violência contra mulheres, abordando suas causas estruturais e históricas. Associando o caso de Ângela Diniz ao mito de Medusa, pode-se perceber a transferência de responsabilidade.

“Atena, sendo uma deusa, assume a responsabilidade e condena Medusa, atribuindo a ela a culpa pelo estupro e absolvendo Poseidon de sua responsabilidade” (SILVA, 2024).

Silva (2024) aponta a culpabilização da vítima no mito de Medusa, destacando como Atena, ao ser uma deusa mulher, transfere a responsabilidade do estupro para a vítima, absolvendo Poseidon de qualquer culpa. Essa atitude ilustra como a sociedade frequentemente perpetua narrativas em que as mulheres não apenas são responsabilizadas pela violência sofrida, mas também encontram resistência e julgamento dentro de seu próprio gênero, criando uma rede de revitimização.

Ao relacionar isso com a declaração de Valéria Penna (RÁDIO NOVELO, 2020), é possível observar um paralelo evidente, sendo que ao afirmar que Ângela Diniz "não era vítima" e que "vivía a vida do jeito que queria," Valéria desconsidera a complexidade das dinâmicas de poder, controle e violência que permeavam a relação entre Ângela e seu assassino. Assim, reitera-se um padrão que reduz as mulheres ao julgamento moral de suas escolhas pessoais, ao mesmo tempo que suaviza a posição do agressor, reforçando as estruturas patriarcais.

Essas narrativas refletem um fenômeno social mais amplo, no qual mulheres frequentemente são as primeiras a julgar outras mulheres, alimentando a ideia de que são responsáveis por suas próprias violências. Isso pode ser entendido como um reflexo internalizado de valores patriarcais, onde as próprias vítimas e as pessoas ao seu redor aceitam ou replicam discursos que minimizam a responsabilidade dos homens por seus atos de violência.

Ana Luiza Barreto Silva (2024) realizou um estudo que tem como corpus 150 comentários para de três redes sociais: Facebook, Instagram e X (Twitter), tendo como gancho o mesmo caso: a jovem estuprada depois de ser deixada embriagada na calçada por um motorista de aplicativo.

Embora os comentários não tenham atribuído à personagem feminina do caso de estupro a maior parcela de culpa, ainda assim é evidente que ela foi responsabilizada pelo crime perpetrado contra ela. Essa atribuição de culpa reflete uma tendência preocupante na sociedade de culpar as vítimas de violência sexual, desconsiderando o perpetrador como o único responsável pelo ato criminoso, (SILVA, 2024).

Silva (2024) ressalta um aspecto central da culpabilização da vítima: a transferência de responsabilidade do agressor para a vítima, mesmo que de forma implícita ou parcial. Essa dinâmica reflete um padrão enraizado na sociedade, em que narrativas de violência sexual

frequentemente questionam o comportamento, as escolhas e até mesmo a roupa da vítima, desviando a atenção da conduta criminosa de quem praticou o crime.

Esse fenômeno, amplificado pelas redes sociais, perpetua a ideia de que as vítimas, de alguma forma, "provocaram" o ato de violência, contribuindo para a manutenção de uma cultura que minimiza ou normaliza crimes como o estupro. A inversão de papéis, ao culpabilizar a vítima, reforça estereótipos e mitos prejudiciais. Portanto, é fundamental desconstruir essas narrativas para responsabilizar única e exclusivamente o agressor, promovendo uma cultura de empatia, justiça e responsabilização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo destaca o caso Ângela Diniz, abordado pelo podcast Praia dos Ossos, ilustra os complexos entrelaçamentos entre mídia, gênero e poder na sociedade brasileira. Ângela Diniz, mais do que uma vítima de feminicídio, foi também alvo de um julgamento moral que perpetuou estereótipos de gênero e refletiu um sistema patriarcal que naturaliza violências contra mulheres. Enquanto isso, seu agressor Doca Street, embora legalmente condenado, foi moralmente absolvido em parte significativa da opinião pública, evidenciando a disparidade nas narrativas sobre gênero e justiça.

Ângela Diniz, muito embora assassinada por Doca, também estava sendo julgada. Terminado o julgamento, a opinião pública ficou consciente de que Ângela Diniz foi condenada moralmente, e Doca, o galã, muito embora tecnicamente condenado, também moralmente fora absolvido.... (RÁDIO NOVELO, 2020).

O podcast em questão rompe com a perspectiva da sociedade da época do crime ao oferecer uma narrativa que questiona as representações hegemônicas de gênero, desconstrói estereótipos e valoriza a luta feminista por igualdade e reconhecimento. Ao fazer isso, posiciona-se como um exemplo de jornalismo decolonial e feminista, resgatando a memória de Ângela não como "Pantera de Minas", mas como símbolo de resistência às opressões patriarcais.

Portanto, o caso Ângela Diniz transcende seu tempo, permanecendo relevante na atualidade. Ele convida a reflexões críticas sobre as dinâmicas de poder que sustentam a violência de gênero e sobre o papel da mídia na perpetuação ou desconstrução dessas dinâmicas. Espera-se que esta pesquisa contribua para o fortalecimento de práticas

jornalísticas comprometidas com a equidade de gênero e com a ampliação do debate público sobre feminicídios, fomentando uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. *Casos de feminicídio crescem 22% em 12 estados durante pandemia*. 01. jun. 2020. Disponível em: <<https://l1nq.com/MYyY3>>. Acesso em: 27 set. 2024.

OVÍDIO. *Metamorfoses*. Trad. Paulo Farmhouse Alberto. Lisboa: Cotovia, 2014.

RÁDIO NOVELO. *Praia dos Ossos*. 2020. Disponível em: <https://radionovelo.com.br/originais/praiadosossos/>. > Acesso em: 11 set. 2024.

RODRIGUES, Franciele. *Potencialidades: Ossos, Ângela Diniz e Todes nós*. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero patriarcado violência*. 2.ed.— São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SILVA, Ana Luiza Barreto. *Redes Sociais e Cultura do Estupro: O mito de Medusa e a culpabilização da vítima*. 2024. 75f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso: Jornalismo) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade, Porto Alegre. 1993.

STF. *Mês da Mulher: STF derruba uso de tese de legítima defesa da honra para crimes de feminicídio*. 08 Mar. 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=503655&ori=1>. > Acesso em: 11 set. 2024.

THURLER, Ana Liési. Feminicídios na mídia e desumanização das mulheres. *Revista Observatório*, Palmas, v. 3, n. 6, p. 465-496, out.-dez. 2017.